

# Marx e Engels como historiadores da literatura

GYÖRGY LUKÁCS

São Paulo: Boitempo, 2016, 264p.

*Hermenegildo Bastos\**

As questões levantadas e trabalhadas por Lukács nos ensaios deste livro têm grande atualidade no novo século XXI já não tão novo assim e tão saturado de história, seja por envelhecido prematuramente, por perpetuar velhos e danosos problemas, seja porque os problemas, até bem pouco tempo dados como desaparecidos, ressurgem com força nova e promissora.

O livro chega ao Brasil com bastante atraso (uma antiga edição portuguesa, traduzida da francesa, está esgotada), mas em momento bastante significativo em que a história, banida da vida acadêmica pelas visões de mundo da moda, se mostra com toda sua força no imenso sofrimento que o capitalismo impõe aos homens e ao planeta.

Os artigos reunidos foram escritos na década de 1930, época de início da produção do Lukács maduro. As questões que se levantam são de história. Versam sobre a qualidade intrinsecamente histórica da vida humana. O Lukács maduro empenhava-se em construir um *tertium datur* que evitasse tanto a concepção factual e evolucionista da história (“necessitarista”, como dirá ele mais tarde) quanto a simples negação da historicidade concreta. Dedicou-se a retomar a concepção de

---

\* Professor titular aposentado de Literatura Brasileira da Universidade de Brasília. E-mail: hjbastos@unb.br.

história de Marx presente nos *Manuscritos econômico-filosóficos* e no *Capital*, trabalho que culminará na *Estética* e na *Ontologia* do último Lukács.

Escrevendo sobre literatura, segundo Lukács, Marx e Engels enfatizam a ideia de processualidade histórica. O que a obra literária evidencia não é este ou aquele fato em particular, mas um processo desencadeado por um fato ou um conjunto deles sim, mas configurando-se como devir. A obra não é uma reprodução, mas a iluminação de uma direção histórica. Aí a vida de cada indivíduo está ligada à vida da coletividade, encontra assim o seu *páthos*. Em vez de meramente reproduzir a realidade, ilumina-a, esclarece o seu próprio tempo, que reúne o tempo da obra e o tempo social. Ela evidencia os limites do mundo real e as possibilidades que nele se abrem para o futuro. Aqui se colocam as noções marxistas de tragédia e comédia e, nessa linha, o debate tão rico sobre os gêneros literários.

Lukács dedicou-se a demonstrar o imenso poder da literatura (superior a todos os demais âmbitos do reflexo da realidade objetiva) em evidenciar a vida do homem em “toda a riqueza [...] interior e exterior”. Para o entendimento verdadeiro das situações históricas concretas, não apenas como eventos meramente ocasionais, mas também não como resultados mecânicos das redes de causalidade, o leitor tem à sua disposição a obra literária como um “espaço vasto e significativo de descoberta e investigação da realidade”. As contradições sociais surgem na obra literária com a mesma força e verdade que têm na vida real. A obra dá a ver as conexões dos conflitos reais, fornece vivências e conhecimentos novos e inesperados até mesmo para aqueles que já conhecem os nexos sociais.

Aqui se coloca uma questão central da crítica e da estética de Lukács: se a literatura é capaz de refigurar as contradições sociais evidenciando tudo aquilo que se furta até mesmo aos conhecedores, digamos cientistas e filósofos, da vida social, é porque ela não é uma cópia passiva (e ociosa) da realidade. Como vivência realista, a literatura (mas toda obra de arte, é claro) sintetiza o fenômeno e a essência, o que não ocorre com as atividades científicas.

Esses textos têm a força da intervenção. Lukács combate aí a estética idealista (que concebe a subjetividade humana como existente por si e para si sem contato com o mundo – a “alma bela”, como a chamou o Hegel da *Fenomenologia do espírito*), mas combate também a ideologia soviética, segundo a qual a obra de arte era uma reprodução passiva da realidade. Ele define a “profundidade da concepção literária” como a “paixão de não aceitar nada como resultado morto e acabado”.

Vemos aqui a concepção de realismo como uma luta contra a mistificação fetichizada. E essa concepção baseia-se na dialética de sujeito e objeto, tema central do pensador húngaro em toda sua longa trajetória. O reflexo da realidade não é mecânico; o sujeito criador é ativo. Mas essa subjetividade não é absoluta, depende de uma entrega total e verdadeira à realidade objetiva. A filosofia da subjetividade presente nestes ensaios e plenamente realizada pelo Lukács tardio da *Estética* é a das mediações entre a atividade do sujeito e os imperativos do objeto.

A mistificação fetichista consiste em deformar a realidade apresentando-a, quer como um abismo da subjetividade pura, quer como um mundo caótico cujas

redes de causalidade fazem do homem um mero juguete. É contra isso que insurge a arte. Daí a sua missão desfetichizadora, como a definirá o Lukács tardio da *Estética*, mas que já se encontra no centro desses ensaios: o escritor que dá forma a homens reais em situações reais, diz ele em “Marx e o problema da decadência ideológica”, se coloca espontaneamente, e na maioria das vezes inconscientemente, contra o capitalismo, desmascarando-o.

Como tal o escritor não poderá impor os seus próprios ditames aos destinos dos personagens. Porque isso seria privilegiar o ponto de vista do próprio escritor e desprezar a intrincada trama do real. O casual, cujo papel no processo histórico Lukács assinala, tem grande significado na obra literária. Mas não pode também ser compreendido senão na sua relação dialética com a necessidade.

Os anos de 1930 são anos de grandes tragédias históricas. O Lukács desses ensaios, vivendo intensamente essas tragédias, retoma as cartas que Marx e Engels trocaram com Lassalle a propósito do drama *Sickingen* escrito por este último. Interessa-lhe a “conexão entre a parte estética do debate e os pontos políticos e ideológicos da polémica”.

Para Lassalle o *Sickingen* deveria ser a tragédia da revolução, não apenas do momento histórico vivido pelo cavaleiro Franz von Sickingen na Alemanha do século XVI, mas fundamentalmente a Revolução de 1848. Trata-se, então, do fracasso da revolução e da necessária autocrítica do partido revolucionário. Marx aprova a intenção de Lassalle de escrever uma tragédia moderna, mas questiona a adequação do tema tratado. A relação entre tema e substância, uma questão tecnicamente literária, remete, entretanto, à questão do realismo enquanto percepção da objetividade do real. Um tema é parte de um processo histórico. Do trabalho do escritor em selecionar o tema dependerá em grande parte a eficácia da sua obra.

Marx entendia a tragédia como expressão do declínio de uma classe. Uma classe, em vias de ser destituída do poder, reage tragicamente ao seu destino. Mas a tragédia é também a do revolucionário prematuro. Sickingen, ao contrário do que pensava Lassalle, era o representante da classe em declínio. Não poderia jamais ser figurado como herói da classe revolucionária. O modelo de Lassalle é Schiller, mas deveria ser Shakespeare: Schiller transforma indivíduos em porta-vozes do espírito universal, enquanto Shakespeare representa “as forças motrizes reais” – o que Lassalle deveria ter feito.

O que importa aqui é o caráter histórico da tragédia. Numa de suas cartas a Lassalle, Engels elogia o *Sickingen* quanto à configuração dos personagens principais como representantes de determinadas classes, mas critica a idealização do típico. No *Sickingen* o individual e contingente está separado da sua expressão retórica. Essa “falha” não é apenas de estilo, mas também de compreensão da objetividade histórica.

Todas essas questões são de extrema atualidade. É em bom momento, portanto, que chega esta edição brasileira. E é de se esperar que os estudantes e estudiosos de literatura, e não só eles, é claro, possam tirar bom proveito dela.